

História da Educação no Brasil

Letícia Bianca Perissin
Universidade de São Paulo
NºUSP: 11858814
lbperissin@usp.br

OBJETIVOS

Apresentar uma discussão teórica e expositiva sobre a identidade educacional e cultural brasileira, ou seja, como este cenário abrange a presença das mulheres, dos negros e da infância; Parte do trabalho constitui em representatividade na disseminação cultural; avaliando conceitos em relações epistêmicas sociais brasileiras. Os textos apresentam uma compreensão acentuada sobre a consolidação do repertório cultural, por intermédio dos processos de obrigações e direitos cívicos.

INTRODUÇÃO

A proposição reivindica a representatividade da educação brasileira como um contorno da cultura na sociedade, canonizando a sua magnitude diante da conjuntura cívica. Deste modo, esse estudo inclina-se em reassumir a aplicabilidade formadora pedagógica em relação aos sujeitos.

Enfim, a pesquisa exerce uma inquirição em prol da significância cultural, e como o corpo social empenha-se para o repertório de aprendizagem societário.

A EDUCAÇÃO NA LETRA DA LEI

Toda nação é governada por leis, concernindo a constituição superna ao regimento. Sendo assim, com o desenvolvimento orgânico, o Brasil fundamentou determinadas alterações que conduzem essa evolução da sociedade, e com isso novos modelos legislativos foram implementados.

Em 3 de maio de 1823 foi disposta a primeira assembleia constituinte do Brasil, porém apenas uma minoria compunha as deliberações políticas. Após 6 meses, Dom Pedro I reincidiu a assembleia por não reverenciar as suas concepções e inclinações. Em 1824, o imperador outorgou a constituição do país, destacando um poder moderador soberano as demais conjunções legislativas.

Em 1829, é convocada uma assembleia constituinte em prol das novas reformulações no Brasil, provendo a primeira constituição republicana em 1891 com seu maior feito sendo a separação do estado com a igreja.

Em 1934, finalmente é promulgada a constituição que concede o direito de voto as mulheres, o voto torna-se obrigatório e secreto para todos os cidadãos que sejam maiores de 18 anos de idade, todavia, os analfabetos não são incluídos nesse direito cívico.

Figura 1 - Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil



Fonte: Página do tribunal superior eleitoral¹

Após a cessação da segunda guerra mundial, emerge uma nova reformulação legislativa concedendo em uma nova assembleia constituinte que reforça os direitos e deveres do cidadão, extingue a cesura da empresa e a pena de morte.

Posteriormente, com o fim da ditadura militar o poder é direcionado novamente aos civis, sendo formalizado na constituição de 1988 que se preserva inclusive na época atual.

HISTÓRIA DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

Correspondentemente, em 1934 a primeira república passou a empenhar-se em políticas escolares, gerando uma contingência ilhada.

As conexões escolares em sua trajetória histórica de antemão apresentava-se condensada, no entanto inexoravelmente foi determinado uma avaliação didática em prol de uma mediação.

¹ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Fevereiro/dia-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil-e-comemorado-nesta-segunda-24-1>. Acesso em: 18 dez. 2020.

O analfabetismo passou a ser uma problemática ocupada por 80% da população, somado a isso, a escolarização não era o suficiente visando ser um fator inerente e constituído numa base familiar. Sendo assim, a necessidade da escolarização tornou-se uma pauta em prol da modernização do Brasil.

A segunda república introduziu uma nova política, protagonizada por Getúlio Vargas que formulou o ministério da educação e da saúde pública. Foi na segunda república que também ocorreu a revolução de São Paulo (política do café com leite), proporcionando uma contra revolta partidária derivada de conspirações contra Vargas.

Figura 2 – Canção Alegria, Alegria de Caetano Veloso

Canção do Exílio

Se eu tenho de morrer na flor dos anos
Meu Deus! não seja já;
Eu quero ouvir na laranjeira, à tarde,
Cantar o sabiá!

Meu Deus, eu sinto e tu bem vês que eu morro
Respirando este ar;
Faz que eu viva, Senhor! dá-me de novo
Os gozos do meu lar!

O país estrangeiro mais belezas
Do que a pátria não tem;
E este mundo não vale um só dos beijos

Tão doces duma mãe!

Dá-me os sítios gentis onde eu brincava
Lá na quadra infantil;
Dá que eu veja uma vez o céu da pátria,
O céu do meu Brasil!

Se eu tenho de morrer na flor dos anos
Meu Deus! não seja já!
Eu quero ouvir na laranjeira, à tarde,
Cantar o sabiá!

Quero ver esse céu da minha terra
Tão lindo e tão azul!
E a nuvem cor-de-rosa que passava
Correndo lá do sul!

Quero dormir à sombra dos coqueiros,
As folhas por dossel;
E ver se apanho a borboleta branca,
Que voa no vergel!

Quero sentar-me à beira do riacho
Das tardes ao cair,
E sozinho cismando no crepúsculo
Os sonhos do porvir!

Fonte: Página Moodle Universidade Federal do Pará²

² Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/NewltembergSantos/cano-do-exilio-25205942>> Acesso em: 19 dez. 2020.

Na figura 2, podemos observar a canção Alegria, alegria de Caetano Veloso que contém versos que sugerem liberdade no contexto da ditadura militar. A letra foi composta quando Veloso foi exilado do Brasil e passou a viver na Europa, através do tom poético as estrofes contemplam críticas sociais da época em uma forma inovadora e revolucionária.

Figura 3 - As diferentes fases do governo Vargas



Fonte: Página Politize!³

As difusões desses embates políticos refletiam na educação, ocasionando em uma segmentação entre progressistas (escola nova) e conservadores (igreja católica), restituindo uma situação de caráter público que exigia a reiteração educacional.

Algumas circunstâncias fixaram-se no programa de educação brasileira, como o plano de educação que proclamou categoricamente a gratuidade de ensino.

Em 1937, o estado autoritário restringiu a liberdade de expressão e implementou a ditadura militar. A “gratuidade” do ensino incentivava de maneira indireta a contribuição da comunidade para auxílio de custos em vigor da permanência escolar das crianças mais necessitadas.

No período de 1946, ocorreu a revolução industrial no Brasil transcorrendo a partir de um manifesto estadunidense. A demais, sucede a heterogenia da

³ Disponível em: < <https://www.politize.com.br/era-vargas/> > Acesso em: 18 dez. 2020.

escolaridade nacional, em decorrência do histórico contingente populacional (urbanização) a partir de políticas públicas, alavancando uma pressão em função do melhoramento da educação diante do êxodo rural.

Durante o Estado Novo, sobreveio as leis orgânicas que apontava uma aclamação para a formação do operário, a fim de aplacar a indispensabilidade tecnológica que o país vinha desenvolvendo (ferrovias, agropecuária e indústria têxtil).

A FUNDAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

No perpassar da história do Brasil, a escolarização reconsiderou seu aspecto tardio, especialmente tratando-se do ensino público e estatal. Foi no período colonial que as escolas foram supervisionadas pelos jesuítas e franciscanos, prorrogando-se a era imperial quando ocorreu a evacuação do composto religioso em 1759.

A atuação dos jesuítas no sistema escolar colaborou para o desenvolvimento de uma nova metodologia pedagógica, estabelecendo um legado no Brasil apesar de seu exílio.

Figura 4 – Escolas jesuítas no Brasil



Fonte: Página Todo Estudo⁴

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA

⁴ Disponível em: <<https://www.todoestudo.com.br/historia/escolas-jesuítas>> Acesso em: 19 dez. 2020

A república elegeu primazia a inserção da escola pública como uma pauta nos debates da elite, a ausência de um desempenho durante a primeira república restituiu em uma problemática para a educação popular. O município e as demais regiões concediam somente os quatros primeiros anos para o ensino fundamental, isso sob um processo seletivo severo.

O ensino brasileiro passou por reformas radicais após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder nos anos 30. Em seu governo provisório, não somente a educação foi sobreposta a uma modificação sistemática, mas também a saúde pública.

Figura 5 - A propaganda de Vargas se destinava à ideia da construção de uma grande nação, e o seu futuro era representado pelas crianças, que deveriam ser obedientes e educadas no interior de princípios nacionalistas



Fonte: Página Cola na Web⁵

⁵ Disponível em: <<https://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/era-vargas>> Acesso em: 19 dez. 2020

Com o fim da ditadura, a democracia configurou uma nova metodologia por interposto do crescimento de demandas pública. Sendo assim, em 1961 surge a primeira lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB).

MULHERES NO MAGISTÉRIO

No século XIX, subsistiu escolas para gêneros diferentes, ou seja, em termos obsoletos para meninas e meninos, fundadas em detrimento de congregações e parâmetros religiosos. As distinções entre ambas as educações eram contrastantes de caráter patriarcal, as tarefas domésticas eram destinadas as meninas enquanto estudos de ciências exatas para meninos.

Figura 6 – Exemplo de escolas separadas (formatura de normalistas ou “professorinhas”, como eram chamadas)



Fonte: Página História Hoje⁶

A desvinculação da submissão feminina em relação ao magistério assomou no século XIX, tornando-se um símbolo de resistência. Posteriormente a lei de 1827, ficou estabelecido nacionalmente o oferecimento de educação básica lecionada por ambos os gêneros.

A INFÂNCIA E A JUVENTUDE NAS INSTITUIÇÕES NÃO ESCOLARES

Hodiernamente, subsiste legislações em prol dos direitos da criança e do adolescente. Em suma, a ideia da menor idade vem sido explorada e aplicada na primeira república, tornando-se um campo semântico e residual transcendente e alvo de preocupação do estado.

⁶ Disponível em: <<https://historiahoje.com/nossas-queridas-professoras/>> Acesso em: 19 dez.2020

Estudos sobre este parâmetro envolve um padrão apelativo e midiático, respingando em artes, literatura e outras formas que disseminam informações de mesmo caráter.

Com isso, o período imperial implementou uma demanda de um modelo brasileiro que se adeque a um país agrário que desfruta de exportações, sendo uma figura que contém um significado, ou seja, homem branco de classe média.

Portanto, o rebaixamento da menor idade geraria um custo excessivo para o órgão legislativo, sendo assim, o governo brasileiro é indiferente em relação a prover mudanças no estatuto da criança e do adolescente (ECA).

Figura 7 – Carta de comemoração dos 30 anos da ECA



Carta de comemoração dos 30 anos do ECA e a defesa da Proteção Integral como legado: desafios do presente e do futuro

O Movimento pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes é um coletivo de indivíduos, movimentos sociais e entidades organizado para promover a defesa e o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dos princípios da Proteção Integral, incorporada na Constituição Federal de 1988. Desde 2017, o Movimento tem atuado frente a proposições legislativas e ações institucionais que contrariam o espírito original do ECA de busca por justiça social e emancipação. E, para somar nas lutas de resistência a retrocessos e rupturas no processo histórico da construção e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes, vem a público fazer registro comemorativo dos 30 anos de vigência do mais importante projeto para a infância e juventude da história do país.

Em julho de 1990, o Brasil firmou o compromisso de romper com políticas de intervenção, violência e invisibilidade em relação à infância e à adolescência. Naquele momento, o ultrapassado Código de Menores de 1979 foi revogado em favor de um alinhamento à diretriz da prioridade absoluta constitucional e da efetiva inauguração da Doutrina da Proteção Integral. Assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, apontado como uma das leis mais avançadas do mundo, encerrou formalmente o menorismo (isto é, a estigmatização, repressão e exclusão de crianças e adolescentes) e inovou ao estabelecer bases estruturais e institucionais comprometidas com o Estado Democrático de Direito.

As raízes do Estatuto estão conectadas aos anseios da sociedade brasileira por justiça social e respeito a garantias fundamentais, e também à necessidade de dar voz aos movimentos sociais – como o Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua (MNMRR) e a Pastoral do Menor, por exemplo, que tiveram importante papel na construção da lei –, tudo isso em um momento histórico difícil para o país, recém saído de décadas de repressão e de ausência

Fonte: Página Neca⁷

CONCLUSÃO

⁷ Disponível em: <<https://www.neca.org.br/arquivos/9971>> Acesso em: 19 dez. 2020

Conclui-se que, o corpo social dispõe de uma estruturação em segmentos capitalistas que determina a comparência da economia em setores: primário, secundário e terciário.

O Brasil, adequa-se categoricamente no setor primário, visando ser uma subdivisão agroindustrial que se subordina ao pastoreio e a criação de animais, prescindindo uma formação de nível superior, transmudando o território brasileiro num bojo rural voltado ao aplicacionismo, proporcionando um abismo social que desproporciona as classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

SAVIANI, Demerval. A política educacional no Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil – vol. III – Século XX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. (vol. III). p. 30-39

HORTA, José Silvério Baia. Direito à educação, obrigatoriedade escolar e extensão da escolaridade. In: VIDAL, Diana G.; SÁ, Elizabeth F. de; SILVA, Vera L. G. *Obrigatoriedade Escolar no Brasil*. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2013. p.381-397.

PAIVA, José Maria de. A educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p.43-59

CARDOSO, Teresa Fachada Levy. As aulas régias no Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil – vol. III – Século XX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. (vol. I). p. 179-191.